



**CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA**

**EDITAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO  
SRP**

**AQUISIÇÃO DE MÍDIAS PARA CÓPIA DE  
SEGURANÇA DE DADOS (FITAS LTO-8).**

**BRASÍLIA, DF – ABRIL DE 2026.**



# EDITAL DE LICITAÇÃO

## PREGÃO ELETRÔNICO 90008/2026

NÚMERO DO PROCESSO SEI Nº 26.0.000000331-9

### OBJETO:

O PRESENTE EDITAL TEM POR OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES, PARA FORNECIMENTO, SOB DEMANDA, DE MÍDIAS PARA CÓPIA DE SEGURANÇA DE DADOS (FITAS LTO-8), CONFORME AS CARACTERÍSTICAS, CONDIÇÕES, OBRIGAÇÕES E REQUISITOS TÉCNICOS CONTIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DESTE EDITAL.

CONTRATANTE UASG: 925158.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 633.588,80 (seiscentos e trinta e três mil e quinhentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos).

DATA SESSÃO PÚBLICA: 11/06/2026 – 10:30h (Horário de Brasília).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

ADESÃO À ATA: NÃO SERÁ PERMITIDA A ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DECORRENTE DESTA LICITAÇÃO (Apenas sistema Conselhal).



Baixe o APP Compras.gov.br e apresente sua proposta!



# PREGÃO ELETRÔNICO 90008/2026

NÚMERO DO PROCESSO SEI Nº 26.0.000000331-9

Torna-se público que o **CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA**, por meio do **Setor de Compras, Contratos e Licitações (SECOL|COLIC)** e da **Pregoeira** e equipe de apoio, designada pela Portaria 027/2024, sediado à SGAS 616 Sul, Conj D Lote 115, realizará licitação **REGISTRO DE PREÇOS**, para conhecimento dos interessados, na modalidade **PREGÃO - SRP**, na forma **ELETRÔNICA**, para registro de preços, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## 1. DO OBJETO

1.1 O presente EDITAL tem por objeto o Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para fornecimento, sob demanda, de **MÍDIAS PARA CÓPIA DE SEGURANÇA DE DADOS (FITAS LTO-8)**, incluindo o serviço de entrega, conforme as características, condições, obrigações e requisitos técnicos contidos no **TERMO DE REFERÊNCIA** e demais anexos deste edital.

1.2 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão às últimas.

## 1.3 DO REGISTRO DE PREÇO

1.3.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.



**1.3.2 NÃO SERÁ PERMITIDA** adesão os órgãos não previamente citados aqui como Órgão Gerenciador ou Órgãos Participantes.

## **2. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO**

**2.1. DIA: 11 de junho de 2026**

**HORÁRIO: 10:30h (horário de Brasília/DF)**

**Local/End. Eletrônico:** [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

**CÓDIGO UASG: 925158**

2.2. O **edital** poderá também ser obtido por meio do endereço eletrônico <http://www.portalmedico.org.br>, após o preenchimento do cadastro especificado na página. Informações adicionais poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitação pelo e-mail [colic@portalmedico.org.br](mailto:colic@portalmedico.org.br), por correspondência endereçada ao Sr(a). Pregoeiro (a) para o endereço – SGAS 616 Conj. D, Lote 115 – L2 SUL, Brasília–DF / CEP 70.200-760, ou pelo telefone (61) 3445.5900.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em



## CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante e pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

3.6. O impedimento de que trata o item 3.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.5.2 e 3.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. O disposto nos itens 3.5.2 e 3.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.11. A vedação de que trata o item 3.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico através do sítio Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) que é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos pela Lei nº 14.133, de 2021, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.1.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos cadastros constantes no Termo de Referência.

4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.2.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento,





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.9.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.9.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.10.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM** e,

4.10.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.14. As licitantes deverão elaborar suas propostas, com observância das seguintes condições (esse subitem tem como referência à elaboração da proposta final, que será enviada com a convocação prévia do pregoeiro e após a fase de lances):

- a. Redigir sua oferta em português, sem emendas, rasuras, cotações alternativas ou entrelinhas, fazendo constar nome e o número do seu registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b. Indicar endereço, e-mail e telefone de contato, bem como fazer menção ao número deste Pregão, ao dia e a hora da realização de sua sessão pública;
- c. Informar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados do dia útil imediatamente posterior ao indicado no preâmbulo deste Edital;
- d. **ATENÇÃO:** Consignar o **MENOR PREÇO POR ITEM**, constante do Anexo II do Edital, ficando estabelecido que na hipótese de divergência entre um e outro, o(a) Pregoeiro(a) adotará os unitários para fins de apuração do real valor da proposta;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- e. Incluir no percentual ofertado todos os custos decorrentes da contratação, tais como: transporte, mão de obra, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, fretes, taxas e outras despesas incidentes ou necessárias à perfeita execução, na forma prevista neste Edital.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa informação.

5.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**5.2.1 MENOR PREÇO POR ITEM.**

5.2.2 Marca;

5.2.3 Quantidade cotada, devendo respeitar o previsto na tabela de descritiva do objeto;

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

5.6 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5.8 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

5.9 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



6.1.1 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.3 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.4 O lance deverá ser ofertado pelo valor **TOTAL DO ITEM**.

6.5 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.6 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7 **O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo de 1,00 (um real).**

6.8 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.9 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.10 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.10.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

6.10.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.10.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.10.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-



se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.17.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.18.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.18.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

6.18.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.18.2.2 Empresas brasileiras;

6.18.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.19.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.20 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.21 Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo] / [Será admitida a previsão de preços diferentes conforme os critérios abaixo]:

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

7.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1 Contiver vícios insanáveis;

7.6.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

7.8 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.9 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

7.15 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.16 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.17 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

8.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5 A documentação indicada neste Capítulo poderá ser:

8.5.1 Apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;

8.5.1.1 A prova de certificação de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

8.5.1.2 O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de certificação, salvo imposição legal;

8.5.1.3 É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

8.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2h (duas horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.14.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.17 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

8.19 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 9. DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação





## CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados obtido por meio do endereço eletrônico <http://www.portalmedico.org.br>, após o preenchimento do cadastro especificado na página. Informações adicionais poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitação pelo e-mail [colic@portalmedico.org.br](mailto:colic@portalmedico.org.br), por correspondência endereçada ao Sr(a). Pregoeiro (a) para o endereço – SGAS 616 Conj. D, Lote 115 – L2 SUL, Brasília–DF / CEP 70.200-760, ou pelo telefone (61) 34455900.

## **10 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- a) Der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do Contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

10.2 Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 15.1, acima, neste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 15.1, acima, neste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.2.4. Multa:

a) Moratória de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias;

b) O atraso superior a 40 (quarenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;

c) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 15.1, de 20% a 30% do valor do Contrato;

d) Compensatória, para a inexecução total do Contrato prevista na alínea “c” do subitem 15.1, de 15% a 20% do valor do Contrato;

e) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 15.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato;

f) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 15.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

g) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 15.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes

infrações:



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- i. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
  - ii. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
  - iii. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
  - iv. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 10.2.5. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.2.5.1. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.2.5.2. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) As peculiaridades do caso concreto;
  - c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
  - e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.2.5.3. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública



que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.2.6. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.2.7. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.2.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na formado art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.2.9. Os débitos da Contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.



## CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

11.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por meio do endereço eletrônico <http://www.portalmedico.org.br>, após o preenchimento do cadastro especificado na página. Informações adicionais poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitação pelo e-mail [colic@portalmedico.org.br](mailto:colic@portalmedico.org.br), por correspondência endereçada ao Sra. Pregoeira para o endereço – SGAS 616 Conj. D, Lote 115 – L2 SUL / CEP 70.200-760, ou pelo telefone (61) 34455900.

11.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **12 DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO**

12.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- III - Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

**IV - Adjudicar o objeto e homologar a licitação.**



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

12.1.1 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

12.1.2 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

12.1.3 Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

12.1.4 O disposto neste artigo será aplicado, no que couber, à contratação direta e aos procedimentos auxiliares da licitação.

## **12.2 Da atuação do agente de contratação:**

12.2.1 Caberá ao agente de contratação, em especial:

12.2.1.1 Conduzir e coordenar a sessão pública da licitação e promover as seguintes ações:

12.2.2.1.1.1 Encaminhar o processo instruído, após encerradas as fases de julgamento e de habilitação e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e para homologação.

## **13 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE E VIGÊNCIA**

13.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmada Ata de Registro de Preços.

13.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de



recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

13.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**13.3. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.**

13.4. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do CFM, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

13.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e Anexos.

13.5. Na assinatura da Ata, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante sua vigência.

13.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital ou se recusar a assinar a Ata a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

## **14 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento



## CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, § 1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os Licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) e por e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

**15 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo;
- e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

15.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

15.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.





15.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

15.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

15.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **16 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

16.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

16.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

16.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

16.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

16.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

16.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

16.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

16.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

16.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

16.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

16.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

16.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **17 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



## CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

17.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e pelo endereço eletrônico <http://www.portalmedico.org.br>, após o preenchimento do cadastro especificado na página. Informações adicionais poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitação pelo e-mail [colic@portalmedico.org.br](mailto:colic@portalmedico.org.br), por correspondência endereçada ao Sr(a). Pregoeiro (a) para o endereço – SGAS 616 Conj. D, Lote 115 – L2 SUL / CEP 70.200-760, ou pelo telefone (61) 34455900.

17.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;**  
**ANEXO II - 01 – MODELO DE PROPOSTA E FORMAÇÃO DE PREÇO e 02 -**  
**FORMULÁRIO DE DADOS PARA ASSINATURA DE EVENTUAL CONTRATO;**  
**ANEXO III - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;**  
**ANEXO IV – CADASTRO RESERVA.**

17.12 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato;

17.13 A licitante vencedora assumirá a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da adjudicação desta Licitação;

17.14 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CFM, não eximirá a licitante vencedora de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes;

17.15 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

17.16 O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

**Brasília–DF,        de                                de 2026.**

(Assinatura eletrônica)

**AUTORIDADE COMPETENTE**



# ANEXO I

## CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 24.0.000004564-7

### **TERMO DE REFERÊNCIA** AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE.

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de fitas LTO de limpeza e fitas magnéticas para backup e armazenamento de dados tipo LTO 8, capacidade nativa de dados de 12.0 TB e capacidade comprimida de dados de 30,0 TB; taxa de transferência nativa de 300 MB/s e comprimida de 750 MB/s, garantia de 12 meses, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento

| Item | Descrição  | Aquisição Imediata | Registro de Preço | Total |
|------|--|--------------------|-------------------|-------|
| 01   | <b>Fita Gravação Dados</b> Tipo LTO-8 Ultrium, com capacidade 12 TB, para aplicação Backup de Dados, com características adicionais RW, com fornecimento das etiquetas de catalogação. | 400                | 400               | 800   |
| 02   | <b>Fita Limpeza Drive</b> , vida útil 50 Ciclos Limpeza Formato Cartucho Aplicação Unidade de Gravação Ultrium 8 Tipo LTO, com fornecimento das etiquetas de catalogação.              | 4                  | 12                | 16    |

**TABELA 1: ITENS DA CONTRATAÇÃO**

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3 Os bens objetos desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que que tratam de produtos de prateleira, de baixa complexidade e baixo custo.

1.4 O instrumento contratual será substituído por Nota de Empenho.



## CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

1.5 Na A tabela 1 – itens da contratação, **a coluna Registro de Preço representa uma mera expectativa em favor da(s) empresa(s) licitante(s) vencedora(s), posto que depende da necessidade da Instituição**, não estando obrigada a realizá-la em sua totalidade e não cabendo à(s) empresa(s) contratada(s) pleitear(em) qualquer tipo de reparação.

1.6 **O quantitativo de registro de preço se destina à futura e exclusiva adesão de órgão do Sistema Conselhos de Medicina**, que é formado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e pelos Conselhos Regionais de Medicina (CRM's), conforme necessidades de cada órgão.

## 2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E REQUISITOS DO OBJETO

2.1 Trata-se da aquisição de fitas magnéticas tipo LTO 8 Ultrium, e fitas de limpeza dos drivers de gravação padrão LTO.

### 2.1.1 Item 01 – Aquisição de fita magnética tipo LTO 8 Ultrium, características mínimas:

2.1.1.1 Fita tipo LTO 8 Ultrium com capacidade de armazenamento nativa de 12 TB (doze *terabytes*) e 30 TB (trinta *terabytes*) comprimida por cartucho.

2.1.1.2 Os produtos fornecidos deverão seguir a padronização de especificações do formato LTO ("LTO Format Specification Participants") e o fabricante deverá estar listado como "compliance verified manufacturers". Tais exigências serão verificadas conforme consta na URL: <https://www.lto.org/participants/>.

2.1.1.3 Possibilitar leitura e gravação de dados RW (Read and Write), **não** sendo aceitas fitas do tipo WORM (*Write once read many*).

2.1.1.4 Possuir taxa de transferência nativa de 300 MB/s e comprimida de 750 MB/s.

2.1.1.5 Somente serão aceitos cartuchos de fita novos e não remanufaturados.

2.1.1.6 Todas as mídias devem possuir etiquetas autocolantes de identificação para leitura humana e de código de barras.

2.1.1.7 A contratada deverá encaminhar conjuntamente com as fitas as etiquetas de identificação com as seguintes numerações, de acordo com o padrão da Instituição: **CFM700L8** até **CFMXXXXL8**, conforme o quantitativo do contrato.



## CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

2.1.1.8 As etiquetas devem possuir fundo branco com caracteres pretos e identificação de cor correspondente à geração (L8).

2.1.1.9 Possuir total compatibilidade de leitura e escrita com drives LTO-8 e leitura em drives LTO-9, garantindo integração com a biblioteca de fitas **Dell/EMC ML3 do CFM**.

2.1.1.10 Os cartuchos devem ter garantia mínima de 12 (doze) meses.

**2.1.2 Item 02 – Aquisição de fita de limpeza tipo LTO Ultrium compatível com drivers LTO 8, características mínimas:**

2.1.2.1 As mídias de limpeza ofertadas devem ser do tipo universal para drivers LTO.

2.1.2.2 Todas as mídias devem possuir etiquetas autocolantes de identificação para leitura humana e de código de barras.

2.1.2.3 A contratada deverá encaminhar conjuntamente com as fitas as etiquetas de identificação com as seguintes numerações, de acordo com o padrão da Instituição: **CLN020L1** até **CLNXXXL1** (conforme o quantitativo do contrato).

2.1.2.4 Deverá ser anexada a declaração do fabricante da fita de limpeza comprovando que ela é compatível para uso em drivers LTO.

2.1.2.5 Possui total compatibilidade com drives LTO-8, garantindo integração com a biblioteca de fitas **Dell/EMC ML3 do CFM**.

2.1.2.6 Os cartuchos devem ter garantia mínima de 12 (doze) meses.

**3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

3.1 A presente contratação fundamenta-se na necessidade crítica de garantir a integridade, a disponibilidade e a preservação do acervo digital do CFM. A ampliação da infraestrutura de armazenamento é vital para suportar o volume crescente de dados gerados pelas câmaras técnicas, plenários e processos administrativos, assegurando a proteção dos ativos de informação custodiados no Datacenter local da autarquia.

3.2 A aquisição de mídias LTO-8 Ultrium está estritamente alinhada ao Planejamento Estratégico da COINF, sendo essencial para a manutenção da estratégia de backup "3-2-1". Esta tecnologia permite o isolamento físico dos dados (*air gap*), oferecendo uma camada de proteção off-line indispensável contra ataques de *ransomware* e garantindo a resiliência dos dados armazenados localmente, permitindo que os tempos de



recuperação (*Recovery Time Objective* - RTO) ocorram dentro dos parâmetros aceitáveis de performance.

3.3 A justificativa para a aquisição imediata reside no fato de que o ambiente de virtualização do CFM processa serviços e aplicações críticas. Atualmente, o ciclo de retenção de dados definido na Política de Backup enfrenta riscos devido ao esgotamento do estoque de mídias. O quantitativo limitado tem forçado a iminência de sobrescrita de dados que ainda deveriam estar em período de guarda, o que representa um risco considerável de perda de histórico e falhas em auditorias.

3.4 Diante do crescimento imprevisível do volume de salvaguarda de dados e da inexistência de fitas LTO-8 em estoque, a contratação é urgente para evitar o comprometimento da recuperação de desastres e manter o *compliance*. A disponibilidade destas camadas de governança é fundamental para a custódia segura e perene do histórico institucional em meio físico externo à rede, protegendo o Datacenter contra falhas catastróficas.

3.5 As fitas objeto desta licitação suportarão o armazenamento de informações em processo de retenção permanente, viabilizando a liberação de espaço em outros ativos de armazenamento de alto desempenho (*storage em disco*), otimizando o uso da infraestrutura existente e reduzindo o custo total de propriedade (TCO) do Datacenter local. Os quantitativos detalhados encontram-se pormenorizados nos Estudos Técnicos Preliminares (ETP).

3.6 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1 Requisitos de Negócio**

4.1.1 A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1.1 Garantia da integridade e salvaguarda dos dados críticos de todas as áreas de negócio do CFM e aplicações/serviços em operação deste Conselho.

4.1.1.2 Manter a capacidade de armazenamento do backup adequada ao crescimento do volume de dados da Instituição.

4.1.1.3 Aumento de retenção de dados em backup e um maior desempenho do backup de dados no CFM





## **4.2 Requisitos de Capacitação**

4.2.1 Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

## **4.3 Requisitos Legais**

4.3.1 O presente processo deve estar aderente à Constituição Federal, à **Lei nº 14.133/2021**, à **Instrução Normativa SGD/MGI nº 94/2022** (que dispõe sobre contratações de TIC), e às seguintes normas:

4.3.1.1 Lei Complementar nº 123/2006: Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

4.3.1.2 Decreto nº 7.174/2010: Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática.

4.3.1.3 Lei nº 13.709/2018 (LGPD): Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

## **4.4 Requisitos de Manutenção**

4.4.1 Devido às características da contratação, não há necessidade de realização de manutenções (corretivas/preventivas/adaptativa/evolutiva) pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução.

## **4.5 Requisitos de Segurança e Privacidade**

4.5.1 A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante.

## **4.6 Requisitos sociais, ambientais e culturais**

4.6.1 Os cartuchos devem estar aderentes às diretrizes sociais, ambientais e culturais constantes na Lei nº 12.305, de 2 agosto de 2010, que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, além dos normativos relativos à sustentabilidade ambiental aplicáveis.

## **4.7 Requisitos de Arquitetura Tecnológica**

4.7.1 Os cartuchos deverão observar integralmente os requisitos de arquitetura tecnológica específicos do item, de acordo com a especificação técnica constante do item 2 deste Termo de Referência.

## **4.8 Requisitos de Projeto e de Implementação**

4.8.1 Tendo em vista a natureza do objeto do presente Termo de Referência, não é aplicável a exigência de Requisitos de Projeto e de Implementação.



#### **4.9 Requisitos de Implantação**

4.9.1 Tendo em vista a natureza do objeto do presente Termo de Referência, não é aplicável a exigência de Requisitos de Implantação.

#### **4.10 Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica**

4.10.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.10.2 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

4.10.3 A Contratada deverá substituir, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento de comunicado formal da Contratante, todo e qualquer material que for entregue com defeito ou que vier a apresentá-lo durante o período de garantia.

4.10.4 O prazo indicado no subitem anterior, durante o seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

4.10.5 Decorrido o prazo para substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para a substituição do(s) bem(ns), objeto dessa contratação, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos bens.

4.10.6 O custo referente ao transporte dos bens cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

4.10.7 A garantia legal do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado na contratação, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4.10.8 Os bens, objeto dessa contratação, que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outros novos, de primeiro uso, e originais, e possua as mesmas especificações do objeto a ser substituído.



#### **4.11 Requisitos de Experiência Profissional**

4.11.1 Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

#### **4.12 Requisitos de Formação da Equipe**

4.12.1 Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

#### **4.13 Sustentabilidade**

4.13.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.13.2 No que couber, visando a atender o disposto na legislação aplicável, em destaque a IN SGD-ME nº 94/2022, a Contratada deverá priorizar, para fornecimento do objeto, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.

#### **4.14 Subcontratação**

4.14.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, tendo em vista tratar-se de fornecimento de bens prontos para consumo.

#### **4.15 Verificação de amostra do objeto**

4.15.1 Devido as características do objeto, não serão necessárias amostras.

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **5.1 Condições de Entrega**

5.1.1 As fitas de backup e limpeza deverão ser entregues em sua totalidade em até **45 (quarenta e cinco) dias corridos** após a assinatura do contrato (ou recebimento da Nota de Empenho), respeitando as especificações técnicas deste Termo de Referência.

5.1.2 O material deverá ser entregue em **embalagem original de fábrica**, lacrada, com identificação clara de lote e marca, garantindo que as mídias não foram expostas a campos magnéticos, umidade excessiva ou danos físicos durante o transporte.

5.1.3 Caso ocorra impedimento para a entrega na data aprazada, a Contratada deverá comunicar as razões com antecedência mínima de **05 (cinco) dias corridos**, para que



o pleito de prorrogação seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior devidamente comprovadas.

5.1.4 As entregas deverão ser efetuadas na sede do CFM: **SGAS Sul 616 Conj. D, Lote 115, Brasília - DF, CEP: 70.200-760**, no horário de **08:00 às 17:00**, de segunda a sexta-feira.

## 5.2 Mecanismos de Comparação e Controle

5.2.1 A conformidade será verificada no ato do **Recebimento Provisório**, mediante conferência da quantidade, integridade das embalagens e compatibilidade técnica (padrão LTO-8 e fita de limpeza específica) com a proposta vencedora.

5.2.2 Não será aceita a entrega de mídias que apresentem sinais de violação de lacre, danos na carcaça ou etiquetas de identificação rasuradas.

## 5.3 Mecanismos Formais de Comunicação

5.3.1 As comunicações formais entre a Contratante e a Contratada ocorrerão prioritariamente por meio eletrônico, através dos endereços: **contratos@portalmedico.org.br** e **seinf@portalmedico.org.br**.

5.3.2 A Contratada deverá manter seus dados de contato (e-mail e telefone) atualizados durante toda a vigência do contrato/garantia.

## 6 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

### 6.1 Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

6.1.1 O fornecedor será selecionado por meio de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, adotando-se o critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO** por item.

### 6.2 Custo Estimado da Contratação

6.2.1 O custo estimado da contratação, o valor máximo por lote estabelecido em decorrência da identificação dos elementos que compõem o preço pode ser definido da seguinte forma:

6.2.2 Por meio de fundamentada pesquisa de preços praticados no mercado em contratações similares, ou ainda por meio da adoção de valores constantes **REFERENCIAL DO MENOR PREÇO do item** apresentado na cotação de preços para formação do processo licitatório), indicadores setoriais, ou outros equivalentes;



## CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

6.2.3 Neste caso os custos foram levantados em pesquisa de preço no mercado e o valor médio total para o fornecimento apurado na pesquisa foi de:

| Item  | Descrição  | Quantidade Para orçamento | Valor Unitário (R\$) | Valor Total (R\$) |
|---|--|---------------------------|----------------------|-------------------|
| 01  | <b>Fita Gravação Dados</b> Tipo LTO-8 Ultrium, com capacidade 12 TB, para aplicação Backup de Dados, com características adicionais RW, com fornecimento das etiquetas de catalogação. | 800                       | R\$ 784,10           | R\$ 627.280,00    |
| 02  | <b>Fita Limpeza Drive</b> , vida útil 50 Ciclos Limpeza Formato Cartucho Aplicação Unidade de Gravação Ultrium 8 Tipo LTO, com fornecimento das etiquetas de catalogação.              | 16                        | R\$ 394,30           | R\$ 6.308,80      |
| <b>VALOR GLOBAL: R\$ 633.588,80</b><br><b>(seiscentos e trinta e três mil e quinhentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos)</b> |  |                           |                      |                   |

TABELA 2: PLANILHA PARA COTAÇÃO

6.2.4 Para a **definição do valor estimado** da contratação, o Setor de Compras do CFM elabora o **Mapa Comparativo de Preços**, observando a prioridade dos parâmetros estabelecidos nos **incisos I e II do Art. 23 da Lei nº 14.133/2021**. Complementarmente, realiza-se pesquisa direta com fornecedores para fins de **balizamento de mercado**, conforme previsto no inciso IV do referido artigo, buscando garantir a ampla competitividade e a vantajosidade

### 6.3 Exigências de Habilitação

6.3.1 Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar os seguintes requisitos de Habilitação Jurídica:

**a) Pessoa Física:** Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente com validade nacional.



## CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

**b) Empresário Individual:** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial) da respectiva sede.

**c) Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), com autenticidade verificável no portal oficial do Governo Federal.

**d) Sociedade Empresária ou Sociedade Limitada Unipessoal (SLU):** Inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado no Registro Público de Empresas Mercantis, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

**e) Sociedade Simples:** Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas de sua sede, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

**f) Sociedade Cooperativa:** Ata de fundação e estatuto social devidamente arquivado, acompanhado da ata da assembleia que elegeu a diretoria e do registro na Organização das Cooperativas Brasileiras (Art. 107 da Lei nº 5.764/1971).

**g) Sociedade Estrangeira:** Decreto de autorização de funcionamento no Brasil e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**6.3.2 Nota:** Todos os documentos apresentados deverão estar acompanhados de suas alterações ou da respectiva consolidação.

#### 6.4 Qualificação Técnica

6.4.1 A comprovação da aptidão técnica do licitante será realizada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

6.4.1.1 **Atestado de Capacidade Técnica:** No mínimo 01 (um) atestado ou declaração, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento anterior de mídias de armazenamento magnético ou suprimentos de TIC compatíveis em características com o objeto desta licitação.

6.4.1.2 **Formalidade do Atestado:** O documento deverá ser apresentado em papel timbrado do emitente, contendo CNPJ e endereço, além da assinatura do responsável com a devida identificação (nome completo e cargo).

6.4.1.3 **Compatibilidade de Quantitativos:** Para fins de comprovação, serão aceitos atestados que somem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo



total de itens previstos nesta aquisição, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União (TCU) para garantir a competitividade.

**6.4.1.4 Vedações:** Não serão aceitos atestados emitidos pelo próprio licitante (autoatestação) ou documentos que não permitam a verificação de veracidade junto ao emitente.

## **6.5 Exigências Complementares de TIC**

**6.5.1 Declaração de Procedência:** Declaração da licitante assegurando que os produtos são novos, de primeiro uso e que o canal de fornecimento é autorizado pelo fabricante, garantindo o suporte e a garantia técnica no Brasil.

## **6.6 Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**6.6.1** Para fins de regularidade fiscal, social e trabalhista, o licitante deverá apresentar:

- a) **Inscrição Cadastral:** Comprovante de inscrição no CNPJ ou no CPF, conforme o caso.
- b) **Regularidade Federal:** Certidão Conjunta Negativa (ou positiva com efeitos de Negativa) de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive as contribuições previdenciárias (Seguridade Social).
- c) **FGTS:** Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CRF).
- d) **Regularidade Trabalhista:** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou positiva com efeitos de negativa, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- e) **Inscrição Estadual/Distrital:** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou distrital, compatível com o ramo de atividade de comércio de suprimentos de informática.
- f) **Regularidade Estadual/Distrital:** Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor.
- g) **Isenção:** Caso o licitante seja isento de tributos estaduais ou distritais, deverá apresentar declaração da Fazenda competente ou documento equivalente que comprove a condição legal.
- h) **Tratamento MEI:** O Microempreendedor Individual (MEI) que optar pelos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 está dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.





## 6.7 Qualificação Econômico-Financeira

6.7.1 A comprovação da saúde financeira da licitante será feita mediante:

- a) **Certidão de Falência:** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos do art. 69, II, da Lei nº 14.133/2021.
- b) **Insolvência Civil:** Certidão negativa de insolvência civil, caso o licitante seja pessoa física ou sociedade simples.
- c) **Recuperação Judicial:** Caso a empresa esteja em recuperação judicial, deverá apresentar o Plano de Recuperação homologado em juízo e certidão de viabilidade econômica, comprovando que está apta a cumprir as obrigações do contrato.

## 6.8 Forma de Fornecimento

6.8.1 O fornecimento dos itens de aquisição imediata dar-se-á de forma única, em parcela única, salvo disposição em contrário solicitada pelo CFM no momento da emissão da Nota de Empenho.

6.8.2 Os bens devem ser entregues acompanhados de guias de remessa ou notas fiscais contendo detalhadamente marca, modelo e procedência das fitas.

## 7 ORÇAMENTO DETALHADO

7.1 Dotação orçamentária destacada para o setor de tecnologia da informação, com aprovação orçamentária COINF/CFM para execução no ano de 2026 através do centro de custo 36.03 – COORDENAÇÃO DE INFORMÁTICA – Elemento de despesa 6.2.2.1.1.33.90.30.005 - MATERIAL DE INFORMÁTICA.

## 8 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

### 8.1 Disposições Gerais

8.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante simples apostila.

8.1.3 As comunicações entre o CFM e a Contratada serão realizadas por escrito, preferencialmente por mensagem eletrônica (e-mail), conforme endereços estabelecidos no item 5.3.





## 8.2 Fiscalização

8.2.1 A execução será acompanhada e fiscalizada por representantes designados pelo CFM, que exercerão as atribuições de **Gestor, Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo**, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8.3 Atribuições da Fiscalização Técnica

8.3.1 O **Fiscal Técnico** acompanhará a entrega para assegurar que as fitas de backup e limpeza correspondam exatamente às especificações técnicas ofertadas (Padrão LTO-8 Ultrium, capacidade, marca e integridade física).

8.3.2 Anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências, como mídias com embalagens violadas, lotes com defeito ou atrasos na entrega, determinando prazo para correção.

8.3.3 Verificará, durante todo o período de garantia (12 meses), o cumprimento das obrigações de substituição de materiais defeituosos pela Contratada.

## 8.4 Fiscalização da Fiscalização Administrativa

8.4.1 O **Fiscal Administrativo** verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada (certidões negativas, regularidade fiscal) para fins de empenho e pagamento.

8.4.2 Acompanhará os prazos vigentes, a formalização de apostilamentos e a correta emissão da Nota Fiscal, que deve estar em conformidade com o material efetivamente recebido e aceito.

## 8.5 Atribuições do Gestor do Contrato

8.5.1 O Gestor do Contrato coordenará a fiscalização, garantindo que os registros de ocorrências sejam consolidados e que as decisões que ultrapassem a competência dos fiscais sejam encaminhadas à autoridade superior.

8.5.2 Emitirá o documento comprobatório da avaliação de desempenho da Contratada para fins de emissão de Atestado de Capacidade Técnica.

8.5.3 Tomará as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização caso ocorra descumprimento injustificado das cláusulas contratuais (atraso na entrega ou recusa de substituição em garantia).

## 8.6 Recebimento e Pagamento

8.6.1 O recebimento do objeto seguirá o rito de Recebimento Provisório (conferência quantitativa) e Recebimento Definitivo (conferência qualitativa/técnica), este último a ser realizado em até 10 (dez) dias corridos após a entrega.



## CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

8.6.2A documentação para liquidação e pagamento será encaminhada ao setor financeiro somente após o "atesto" definitivo emitido pela gestão do contrato.

## 9 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### 9.1 Recebimento do Objeto

9.1.1 **Recebimento Provisório:** Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, mediante conferência sumária para verificar se:

- a) Estão em conformidade com as especificações do Termo de Referência e da proposta;
- b) Estão em embalagens originais, lacradas, contendo lote, data de fabricação e validade;
- c) Não apresentam avarias, sinais de adulteração ou cobrança de frete (ônus total da Contratada);
- d) Estão acompanhados da respectiva Nota Fiscal, sem mistura de itens de outros contratos na mesma embalagem.

9.1.2 **Rejeição:** Os bens serão rejeitados se estiverem em desacordo com o exigido. A Contratada deverá substituí-los em até **10 (dez) dias corridos** após a notificação, às suas custas, sob pena de aplicação de sanções. A rejeição anula qualquer efeito do recebimento provisório.

9.1.3 **Recebimento Definitivo:** Ocorrerá em até **10 (dez) corridos** após o recebimento provisório, após minuciosa verificação de qualidade e quantidade.

9.1.3.1 O prazo poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante justificativa. Findo o prazo sem manifestação da Administração, o recebimento será considerado realizado por decurso de tempo.

9.1.4 **Responsabilidade:** O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil e técnica da contratada pela qualidade das mídias. Em caso de inconsistências detectadas na liquidação, o prazo para recebimento definitivo será suspenso até o saneamento pela Contratada.

9.1.5 **Inexecução:** No descumprimento, a Contratada será notificada para sanar a falha em **10 (dez) dias**. O CFM reserva-se o direito de cancelar o contrato e convocar o segundo colocado, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (advertência, multa, impedimento e registro no SICAF).

### 9.2 Liquidação



## CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

9.2.1 Recebida a Nota Fiscal, o prazo para liquidação é de 10 (dez) dias úteis, podendo ser reduzido à metade para contratações de baixo valor (Art. 75, II da Lei 14.133/2021).

9.2.2 O setor competente conferirá os dados essenciais: validade, data de emissão, dados do contrato/órgão, valor e retenções tributárias.

9.2.3 **Saneamento:** Erros na Nota Fiscal suspendem o prazo de pagamento até a devida correção pela Contratada, sem ônus para o CFM

9.2.4 **Regularidade Fiscal:** A liquidação está condicionada à consulta ao SICAF. Caso constatada irregularidade, a Contratada terá 5 (cinco) dias úteis (prorrogáveis uma vez) para regularizar ou apresentar defesa.

9.2.4.1 Persistindo a irregularidade, o CFM comunicará os órgãos fiscalizadores e poderá iniciar o processo de rescisão contratual, resguardado o pagamento pelo objeto efetivamente entregue.

### 9.3 Prazo de pagamento e Forma de Pagamento

9.3.1 O pagamento será efetuado em até **10 (dez) dias úteis** após a finalização da liquidação, via ordem bancária em conta corrente indicada pela Contratada.

9.3.2 **Atraso no Pagamento:** Caso o atraso ocorra por culpa exclusiva do Contratante, os valores serão atualizados monetariamente pelo índice **ICTI** (ou índice substituto) entre a data final do prazo e o efetivo pagamento.

9.3.3 **Retenções:** Serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente. Empresas optantes pelo **Simples Nacional** não sofrerão retenções, desde que apresentem a comprovação documental oficial de sua condição.

## 10 DO REAJUSTE

10.1. Os preços inicialmente contratadas são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/04/2026.

10.2. Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- a. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- b. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará a contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- c. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- d. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

## **11 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- i) Der causa à inexecução parcial do Contrato;
- j) Der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- k) Der causa à inexecução total do Contrato;
- l) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- m) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- n) Praticar ato fraudulento na execução do Contrato;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- o) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- p) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 11.2.1. Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 15.1, acima, neste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 15.1, acima, neste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.2.4. Multa:
  - h) Moratória de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias;
  - i) O atraso superior a 40 (quarenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;
  - j) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 15.1, de 20% a 30% do valor do Contrato;
  - k) Compensatória, para a inexecução total do Contrato prevista na alínea “c” do subitem 15.1, de 15% a 20% do valor do Contrato;
  - l) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 15.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato;
  - m) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 15.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

n) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 15.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

v.A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

vi.Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

vii.Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art.157, da Lei nº 14.133, de 2021)

viii.Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.5. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.2.5.1. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.2.5.2. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

f) A natureza e a gravidade da infração cometida;

g) As peculiaridades do caso concreto;

h) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

i) Os danos que dela provierem para o Contratante;



## CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

j) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.2.5.3. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.2.6. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.7. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na formado art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.2.9. Os débitos da Contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.





## 12 ALTERAÇÕES E PUBLICAÇÃO

### 12.1 Alterações

12.1.1 Eventuais alterações seguem o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

12.1.2 O contratado é obrigado a aceitar acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial atualizado do contrato.

12.1.3 Alterações de valor ou objeto exigem Termo Aditivo, enquanto atualizações de dados ou registros simples podem ser feitas por Apostilamento.

### 12.2 Publicação

12.2.1 O CFM divulgará o instrumento contratual no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e em seu sítio oficial, em atendimento à Lei de Acesso à Informação e à Lei nº 14.133/2021.

## 13 DOS CASOS OMISSOS

13.1 Os casos omissos serão decididos pelo CFM com base na Lei nº 14.133/2021, aplicando-se subsidiariamente o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e os princípios gerais de Direito Público.

## 14. MAPA DE RISCOS

14.1. Objeto: Registro de preços para aquisição de mídias para cópia de segurança de dados (FITAS LTO-8).

14.2. Tabela de classificação de nível de risco:

|         |                 | PROBABILIDADE   |           |           |          |                |
|---------|-----------------|-----------------|-----------|-----------|----------|----------------|
|         |                 | 1 - MUITO BAIXA | 2 - BAIXA | 3 - MÉDIA | 4 - ALTA | 5 - MUITO ALTA |
| IMPACTO | 5 - MUITO ALTO  | 5               | 10        | 15        | 20       | 25             |
|         | 4 - ALTO        | 4               | 8         | 12        | 16       | 20             |
|         | 3 - MÉDIO       | 3               | 6         | 9         | 12       | 15             |
|         | 2 - BAIXO       | 2               | 4         | 6         | 8        | 10             |
|         | 1 - MUITO BAIXO | 1               | 2         | 3         | 4        | 5              |

Matriz de cálculo de Risco, sendo extremo: >15 a 20; Alto: >8 a 12; Médio: >3 a 6; Baixo: > 1 a 2.

Legenda nível de risco: **Extremo** **Alto** **Médio** **Baixo**.

### 14.3. Riscos

| Risco nº 1: Superdimensionamento ou subdimensionamento |                                     |
|--|-------------------------------------|
| Causa:   | ▪ Levantamento incorreto de demanda |





## CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

|                                   |   |
|-----------------------------------|---|
| <b>Consequência:</b>              | Desperdício ou insuficiência  |
| <b>Probabilidade:</b>             | <input type="checkbox"/> Muito baixo <input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto |
| <b>Impacto:</b>                   | <input type="checkbox"/> Muito baixo <input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto |
| <b>Nível de Risco</b>             | <input type="checkbox"/> Muito baixo <input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto |
| <b>Ação Preventiva/Corretiva:</b> | Realizar levantamento real da necessidade   |

|  |   |
|--|---|
| <b>Risco nº 2: Propostas inexecutáveis</b> |   |
| <b>Causa:</b>                              | ▪ Preço muito baixo   |
| <b>Consequência:</b>                       | Entrega de baixa qualidade ou abandono  |
| <b>Probabilidade:</b>                      | <input type="checkbox"/> Muito baixo <input checked="" type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto |
| <b>Impacto:</b>                            | <input type="checkbox"/> Muito baixo <input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input checked="" type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto |
| <b>Nível de Risco</b>                      | <input type="checkbox"/> Muito baixo <input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto |
| <b>Ação Preventiva/Corretiva:</b>          | Análise de exequibilidade   |

|   |   |
|---|---|
| <b>Risco nº 3: Licitante sem capacidade técnica</b> |   |
| <b>Causa:</b>                                       | ▪ Falta de critérios adequados  |
| <b>Consequência:</b>                                | Problemas na execução   |
| <b>Probabilidade:</b>                               | <input type="checkbox"/> Muito baixo <input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto |
| <b>Impacto:</b>                                     | <input type="checkbox"/> Muito baixo <input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto |
| <b>Nível de Risco</b>                               | <input type="checkbox"/> Muito baixo <input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto |
| <b>Ação Preventiva/Corretiva:</b>                   | Exigir qualificação técnica compatível  |

|  |   |
|--|---|
| <b>Risco nº 4: Garantias insuficientes</b> |   |
| <b>Causa:</b>                              | ▪ Não exigência de garantia   |
| <b>Consequência:</b>                       | Risco financeiro  |
| <b>Probabilidade:</b>                      | <input type="checkbox"/> Muito baixo <input checked="" type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto |
| <b>Impacto:</b>                            | <input type="checkbox"/> Muito baixo <input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Médio <input checked="" type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto |
| <b>Nível de Risco</b>                      | <input type="checkbox"/> Muito baixo <input type="checkbox"/> Baixo <input checked="" type="checkbox"/> Médio <input type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Muito Alto |
| <b>Ação Preventiva/Corretiva:</b>          | Avaliar necessidade de garantia contratual  |



## CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

| Risco nº 5: Entrega de equipamentos fora das especificações |   |
|---|---|
| <b>Causa:</b>   | ▪ Falta de fiscalização                                       |
| <b>Consequência:</b>  | Prejuízo técnico  |
| <b>Probabilidade:</b>                                       | [ ] Muito baixo [ ] Baixo [ x ] Médio [ ] Alto [ ] Muito Alto |
| <b>Impacto:</b>   | [ ] Muito baixo [ ] Baixo [ x ] Médio [ ] Alto [ ] Muito Alto |
| <b>Nível de Risco</b>                                       | [ ] Muito baixo [ ] Baixo [ x ] Médio [ ] Alto [ ] Muito Alto |
| <b>Ação Preventiva/Corretiva:</b>                           | ▪ Designar fiscal técnico especializado                       |

| Risco nº 6: Atraso na entrega     |   |
|-----------------------------------|---|
| <b>Causa:</b>                     | ▪ Problemas logísticos ou fornecedor                          |
| <b>Consequência:</b>              | Interrupção de atividades                                     |
| <b>Probabilidade:</b>             | [ ] Muito baixo [ ] Baixo [ ] Médio [ x ] Alto [ ] Muito Alto |
| <b>Impacto:</b>                   | [ ] Muito baixo [ ] Baixo [ ] Médio [ x ] Alto [ ] Muito Alto |
| <b>Nível de Risco</b>             | [ ] Muito baixo [ ] Baixo [ ] Médio [ x ] Alto [ ] Muito Alto |
| <b>Ação Preventiva/Corretiva:</b> | Prever penalidades e cronograma                               |

| Risco nº 7: Equipamentos com defeito |   |
|--------------------------------------|---|
| <b>Causa:</b>                        | • Baixa qualidade   |
| <b>Consequência:</b>                 | ▪ Custos adicionais   |
| <b>Probabilidade:</b>                | [ ] Muito baixo [ ] Baixo [ x ] Médio [ ] Alto [ ] Muito Alto |
| <b>Impacto:</b>                      | [ ] Muito baixo [ ] Baixo [ ] Médio [ x ] Alto [ ] Muito Alto |
| <b>Nível de Risco</b>                | [ ] Muito baixo [ ] Baixo [ ] Médio [ x ] Alto [ ] Muito Alto |
| <b>Ação Preventiva/Corretiva:</b>    | Exigir garantia e testes de aceitação.                        |

## 15 FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal de Brasília-DF para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

## 16 RESPONSÁVEIS

Equipe de Planejamento da Contratação

\_\_\_\_\_  
Integrante  
Técnico  
Bruno Lins de  
A. Rosa  
Assistente de  
TI  
Matrícula: 373

\_\_\_\_\_  
Integrante Técnico  
João Pedro da  
Silva  
Assistente de TI  
Matrícula: 120

\_\_\_\_\_  
Integrante Técnico  
Marcelo Sodré  
Silva  
Chefe do SEINF  
Matrícula: 209

| Requisitante: Coordenador da Área de Informática  |
|---|
| <p>Thiago Cordeiro de Araújo<br/>Coordenador de Tecnologia da Informação<br/>Matrícula: 229</p> |

Brasília, 06 de março de 2026



# ANEXO II

## TABELA REFERENCIAL DE PREÇOS MODELO DA PROPOSTA

O(A) \_\_\_\_\_ residente na cidade de \_\_\_\_\_ (rua, avenida, etc.) \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_ inscrita no CPF sob o nº. \_\_\_\_\_, com domicílio bancário no banco \_\_\_\_\_, agência nº. \_\_\_\_\_, conta nº. \_\_\_\_\_ neste ato representada por \_\_\_\_\_, abaixo assinado, interessada no fornecimento de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX para o CFM, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência, objeto da XXXXXXXXXX, de acordo com esta Proposta Comercial, nas seguintes condições:

| Item             | Descrição   | Quantidade Para orçamento | Valor Unitário (R\$) | Valor Total (R\$) |
|------------------|---|---------------------------|----------------------|-------------------|
| 01               | <b>Fita Gravação Dados</b> Tipo LTO-8Ultrium, com capacidade 12 TB, para aplicação Backup de Dados, com características adicionais RW, com fornecimento das etiquetas de catalogação. | 800                       |                      |                   |
| 02               | <b>Fita Limpeza Drive</b> , vida útil 50 Ciclos Limpeza Formato Cartucho Aplicação Unidade de Gravação Ultrium 8 Tipo LTO, com fornecimento das etiquetas de catalogação.             | 16                        |                      |                   |
| <b>TOTAL R\$</b> |   |                           |                      |                   |

**Validade da Proposta:** 90 dias.

**Prazo de entrega: 45 (cinco) dias, a contar do recebimento da Ordem de Serviço.**



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Declaramos:

- a) expressamente que estou plenamente ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos**, bem com que no preço unitário ofertado estão inclusas as despesas diretas e indiretas, com fornecimento de todos os insumos.
- b)** que nos preços contidos na proposta estarão incluídas todas as despesas decorrentes do fornecimento, inclusos taxas, impostos, tarifas, inclusive de administração, emolumentos e quaisquer despesas operacionais, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza e outras despesas, diretas e indiretas, enfim, todos os componentes de custo do produto, inclusive lucro, necessários à perfeita execução do objeto, durante todo o período de vigência do contrato.
- c)** que o prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de abertura das propostas.
- d)** que estamos de acordo com a utilização dos dados bancários supra informados para fins de pagamento, nos termos do art. 7º, I da Lei 13.709/2018

Local, ..... de .....de 2026.

.....

Representante Legal da Empresa



## 2 Formulário de Dados para Assinatura do Contrato.

*(Preenchimento obrigatório)*

Passamos a informar abaixo, os dados para elaboração de eventual contrato, com esta Empresa:

### DA EMPRESA:

|                                     |  |
|-------------------------------------|--|
| Nome Completo                       |  |
| Endereço                            |  |
| Filial em Brasília ou Representante |  |
| CNPJ (Número)                       |  |
| Inscrição Estadual (Número)         |  |
| FAX (número)                        |  |
| Telefone (Número)                   |  |
| E-Mail                              |  |

### DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ATA:

|  |  |
|--|--|
| Nome   |  |
| Nacionalidade                                      |  |
| Naturalidade                                       |  |
| Estado Civil                                       |  |
| Profissão  |  |
| Residência e Domicílio                             |  |
| Telefone(s) para Contato                           |  |
| Carteira de Identidade (Nº, Órgão Expedidor, Data) |  |
| CPF  |  |

Local, (dia) de (mês) de 2026.



# ANEXO III

## MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI 26.0.000000331-9

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 90008/2026**

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA  
AQUISIÇÃO DE MÍDIAS PARA CÓPIA DE  
SEGURANÇA DE DADOS (FITAS LTO-8).**

**O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA**, Autarquia Federal de Fiscalização da Profissão Médica, instituída pela Lei nº 3.268 de 30 de setembro de 1957 e regulamentada pelo Decreto nº 6.821 de 14 de abril de 2009 que alterou o Decreto 44.045 de 19 de julho de 1958, alterada pela Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, com sede no SGAS 616 Conj. D, Lote 115 – L2 SUL Brasília - DF, CNPJ nº 33.583.550/0001-30, CF/DF nº 33583550000130, por seu representante legal, consoante delegação de competência conferida pela Lei nº 3.268/57, neste ato representado pelo seu Presidente, **JOSÉ HIRAN DA SILVA GALLO**, nomeado pela Ata de Reunião Plenária do Conselho Federal de Medicina, publicada no DOU nº 194 seção 1, no dia 07 de outubro de 2024, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e do outro lado à empresa **XXXXXXXXXXXX**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXXXX**, estabelecida à **XXXXXXXXXXXX**, representada neste ato pelo Sr. **XXXXXX**, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, RG nº **XXXXXXXXXXXX**, residente e domiciliado à **XXXXXXXXXXXX**, doravante denominado FORNECEDOR REGISTRADO, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90008/2026, publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo Sei 26.0.000000331-9, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação sujeitando-se as partes às normas constantes



na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

## 1 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente ATA tem por objeto o Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para **AQUISIÇÃO DE MÍDIAS PARA CÓPIA DE SEGURANÇA DE DADOS (FITAS LTO-8), sob demanda**, incluindo o serviço de entrega, nas condições estabelecidas, especificados nos itens abaixo, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

### 1.2. Dos Quantitativos e Condições

## INFORMAR PRODUTOS E QUANTIDADES

1.3. Os quantitativos apresentados representam 100% do registrado, não configurando obrigação por parte desta administração em adquiri-los.

1.4. O Órgão Gerenciador não se obriga a adquirir a quantidade registrada, podendo solicitar o fornecimento de itens individualmente e em percentuais menores, conforme necessidade demandada;

1.5 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão às últimas.

### 1.6 Condições de Entrega

1.6.1 As fitas de backup e limpeza deverão ser entregues em sua totalidade em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos após a assinatura do contrato (ou recebimento da Nota de Empenho), respeitando as especificações técnicas deste Termo de Referência.





## CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

1.6.2 O material deverá ser entregue em embalagem original de fábrica, lacrada, com identificação clara de lote e marca, garantindo que as mídias não foram expostas a campos magnéticos, umidade excessiva ou danos físicos durante o transporte.

1.6.3 Caso ocorra impedimento para a entrega na data aprazada, a Contratada deverá comunicar as razões com antecedência mínima de 05 (cinco) dias corridos, para que o pleito de prorrogação seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior devidamente comprovadas.

1.6.4 As entregas deverão ser efetuadas na sede do CFM: SGAS Sul 616 Conj. D, Lote 115, Brasília - DF, CEP: 70.200-760, no horário de 08:00 às 17:00, de segunda a sexta-feira.

1.7 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- ✓ **O Termo de Referência;**
- ✓ **O Edital da Licitação;**
- ✓ **A Proposta do contratado;**
- ✓ **Eventuais anexos dos documentos supracitados.**

**2 – CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITAVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

XX

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

**2.3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

Trata-se da aquisição de fitas magnéticas tipo LTO 8 Ultrium, e fitas de limpeza dos drivers de gravação padrão LTO.

**2.3.1. Item 01 – Aquisição de fita magnética tipo LTO 8 Ultrium, características mínimas:**



2.3.1.1. Fita tipo LTO 8 Ultrium com capacidade de armazenamento nativa de 12 TB (doze *terabytes*) e 30 TB (trinta *terabytes*) comprimida por cartucho.

2.3.1.2. Os produtos fornecidos deverão seguir a padronização de especificações do formato LTO ("LTO Format Specification Participants") e o fabricante deverá estar listado como "compliance verified manufacturers". Tais exigências serão verificadas conforme consta na URL: <https://www.lto.org/participants/>.

2.3.1.3. Possibilitar leitura e gravação de dados RW (Read and Write), **não** sendo aceitas fitas do tipo WORM (*Write once read many*).

2.3.1.4. Possuir taxa de transferência nativa de 300 MB/s e comprimida de 750 MB/s.

2.3.1.5. Somente serão aceitos cartuchos de fita novos e não remanufaturados.

2.3.1.6. Todas as mídias devem possuir etiquetas autocolantes de identificação para leitura humana e de código de barras.

2.3.1.7. A contratada deverá encaminhar conjuntamente com as fitas as etiquetas de identificação com as seguintes numerações, de acordo com o padrão da Instituição: **CFM700L8** até **CFMXXXXL8**, conforme o quantitativo do contrato.

2.3.1.8. As etiquetas devem possuir fundo branco com caracteres pretos e identificação de cor correspondente à geração (L8).

2.3.1.9. Possuir total compatibilidade de leitura e escrita com drives LTO-8 e leitura em drives LTO-9, garantindo integração com a biblioteca de fitas **Dell/EMC ML3 do CFM**.

2.3.1.10. Os cartuchos devem ter garantia mínima de 12 (doze) meses.

**2.3.2. Item 02 – Aquisição de fita de limpeza tipo LTO Ultrium compatível com drivers LTO 8, características mínimas:**

2.3.2.1. As mídias de limpeza ofertadas devem ser do tipo universal para drivers LTO.

2.3.2.2. Todas as mídias devem possuir etiquetas autocolantes de identificação para leitura humana e de código de barras.

2.3.2.3. A contratada deverá encaminhar conjuntamente com as fitas as etiquetas de identificação com as seguintes numerações, de acordo com o padrão da Instituição: **CLN020L1** até **CLNXXXXL1** (conforme o quantitativo do contrato).



## CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

2.3.2.4. Deverá ser anexada a declaração do fabricante da fita de limpeza comprovando que ela é compatível para uso em drivers LTO.

2.3.2.5. Possui total compatibilidade com drives LTO-8, garantindo integração com a biblioteca de fitas **Dell/EMC ML3 do CFM**.

2.3.2.6. Os cartuchos devem ter garantia mínima de 12 (doze) meses.

**3 – CLÁUSULA TERCEIRA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares. Será permitida adesão apenas aos órgãos do Sistema Conselhal.

**10. – CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

4.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.2 Os preços registrados serão divulgados no PNCP e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

4.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.4 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**11. CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**



5.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **6 – CLÁUSULA SEXTA – DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.



6.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.



6.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **7 – CLÁUSULA SÉTIMA – DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 7.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 7.2 O remanejamento somente poderá ser feito:
- 7.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
  - 7.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 7.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 7.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 7.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 7.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 7.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

**8 – CLÁUSULA OITAVA – DA CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

8.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1 Por razão de interesse público;

8.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.



**9 – CLÁUSULA NONA – DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES**

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Fornecedor Registrado que:

- a) Der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;
- b) Der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da Ata de Registro de Preços;
- f) Praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Serão aplicadas ao Fornecedor Registrado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.2.1 Advertência, quando o Fornecedor Registrado der causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 15.1, acima, nesta Ata de Registro de Preços, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 15.1, acima, nesta Ata de Registro de Preços, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.2.4 Multa:

- a) Moratória de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias;





CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- b) O atraso superior a 40 (quarenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção da Ata de Registro de Preços por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;
  - c) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 15.1, de 20% a 30% do valor da Ata de Registro de Preços;
  - d) Compensatória, para a inexecução total da Ata de Registro de Preços prevista na alínea “c” do subitem 15.1, de 15% a 20% do valor da Ata de Registro de Preços;
  - e) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 15.1, a multa será de 10% a 15% do valor da Ata de Registro de Preços;
  - f) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 15.1, a multa será de 5% a 10% do valor da Ata de Registro de Preços.
  - g) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 15.1, a multa será de 5% a 10% do valor da Ata de Registro de Preços, ressalvadas as seguintes infrações:
    - i. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Órgão Gerenciador (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
    - ii. Todas as sanções previstas nesta Ata de Registro de Preços poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
    - iii. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art.157, da Lei nº 14.133, de 2021)
    - iv. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Órgão Gerenciador ao Fornecedor Registrado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.2.5 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.2.5.1 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Fornecedor Registrado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para



## CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.2.5.2 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Órgão Gerenciador;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.2.5.3 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.2.6 A personalidade jurídica do Fornecedor Registrado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Ata de Registro de Preços ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Fornecedor Registrado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.2.7 O Órgão Gerenciador deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.2.8 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na formado art. 163 da Lei nº 14.133/21.



9.2.9 Os débitos do Fornecedor Registrado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Fornecedor Registrado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **10 – CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO**

10.1. Responsabilizar-se pelo fornecimento dos bens objetos da licitação, atendidos os requisitos e observadas as normas constantes do Edital;

10.2. Atender, durante o período de garantia dos produtos fornecidos, aos chamados para substituição, no caso de ser constatado algum defeito não ocasionado pelo armazenamento ou uso indevido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

10.3. Colocar à disposição do ÓRGÃO GERENCIADOR todos os meios necessários à comprovação da qualidade e operacionalidade dos bens, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações;

10.4. Cumprir os prazos estipulados na Ata de Registro de Preços e as especificações dos materiais, objeto da licitação;

10.5. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da Ata de Registro de Preços em que se verificarem vícios redibitórios, defeitos ou incorreções, não ocasionados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e da garantia.

10.6. Realizar o fornecimento do objeto dentro dos padrões e quantidades requisitados, garantindo a qualidade do objeto fornecido, segundo as exigências legais.

10.7. Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

10.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CFM ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

10.9. Levar imediatamente ao conhecimento do ÓRGÃO GERENCIADOR quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto;

10.10. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;

10.11. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do ÓRGÃO GERENCIADOR para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela execução de qualquer serviço;

10.12. Indicar, formalmente, preposto, quando da assinatura da Ata de Registro de Preços, aceito pelo CFM, para representar a licitante vencedora, sempre que for necessário, o qual tenha capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos definidos da Ata de Registro de Preços;

10.13. Apresentar as Notas Fiscais/Faturas correspondentes aos serviços objeto da contratação ao Protocolo do CFM.

**11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

11.1. Consultar previamente o SICAF,

11.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de referência e seus anexos;



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

- 11.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 11.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do FORNECEDOR REGISTRADO, através de servidor especialmente designado;
- 11.5. Rejeitar os produtos que estiverem em desacordo com as especificações previstas neste termo de referência e seus anexos e notificar o FORNECEDOR REGISTRADO;
- 11.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo FORNECEDOR REGISTRADO.
- 11.7. Efetuar o pagamento ao FORNECEDOR REGISTRADO no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste termo de referência e seus anexos;
- 11.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo FORNECEDOR REGISTRADO com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente Ata, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do FORNECEDOR REGISTRADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE**

- 12.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado do orçamento estimado, de 10/04/2026.
- 12.2 Após o interregno de um ano, a pedido do Fornecedor Registrado, os preços poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 12.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



## CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

12.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao Fornecedor Registrado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

**13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS PARTICIPANTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – (Sistema Conselhal).****13.1 Órgão Gerenciador: Conselho Federal de Medicina (CFM)****13.2 Órgãos Participantes:**

| <b>CONSELHOS</b>                                    | <b>SIGLA</b> |
|---|--------------|
| Conselho Regional de Medicina do Acre               | CRM-AC       |
| Conselho Regional de Medicina do Alagoas            | CRM-AL       |
| Conselho Regional de Medicina do Amapá              | CRM-AP       |
| Conselho Regional de Medicina do Amazonas           | CRM-AM       |
| Conselho Regional de Medicina do Bahia              | CRM-BA       |
| Conselho Regional de Medicina do Ceará              | CRM-CE       |
| Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal   | CRM-DF       |
| Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo     | CRM-ES       |
| Conselho Regional de Medicina do Goiás              | CRM-GO       |
| Conselho Regional de Medicina do Maranhão           | CRM-MA       |
| Conselho Regional de Medicina do Mato Grosso        | CRM-MT       |
| Conselho Regional de Medicina do Mato Grosso do Sul | CRM-MS       |



## CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

| CONSELHOS  | SIGLA  |
|--|--------|
| Conselho Regional de Medicina do Minas Gerais        | CRM-MG |
| Conselho Regional de Medicina do Pará                | CRM-PA |
| Conselho Regional de Medicina do Paraíba             | CRM-PB |
| Conselho Regional de Medicina do Paraná              | CRM-PR |
| Conselho Regional de Medicina do Pernambuco          | CRM-PE |
| Conselho Regional de Medicina do Piauí               | CRM-PI |
| Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro      | CRM-RJ |
| Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Norte | CRM-RN |
| Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul   | CRM-RS |
| Conselho Regional de Medicina do Rondônia            | CRM-RO |
| Conselho Regional de Medicina do Roraima             | CRM-RR |
| Conselho Regional de Medicina do Santa Catarina      | CRM-SC |
| Conselho Regional de Medicina do São Paulo           | CRM-SP |
| Conselho Regional de Medicina do Sergipe             | CRM-SE |
| Conselho Regional de Medicina do Tocantins           | CRM-TO |

**14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1 As despesas decorrentes da contratação objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos 6.2.2.1.1.33.90.30.005 - MATERIAL DE INFORMÁTICA.

**15– CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS**

15.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

15.2. E, por estarem assim ajustados e de acordo, as partes assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nomeadas.

Brasília-DF, de de 2026.



CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

---

**CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA**  
**ÓRGÃO GERENCIADOR**

---

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**FORNECEDOR REGISTRADO**





## ANEXO IV

### CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

| Item do TR | Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante) |                                 |                                  |      |                      |                          |             |                                  |
|------------|---|---------------------------------|----------------------------------|------|----------------------|--------------------------|-------------|----------------------------------|
| X          | Especificação   | Marca<br>(se exigida no edital) | Modelo<br>(se exigido no edital) | Uni. | Quantidade<br>Máxima | Quantida<br>de<br>Mínima | Valor<br>Un | Prazo<br>garantia ou<br>validade |
|            |   |                                 |                                  |      |                      |                          |             |                                  |

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

| Item do TR | Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante) |                                 |                                  |      |                      |                          |             |                                  |
|------------|---|---------------------------------|----------------------------------|------|----------------------|--------------------------|-------------|----------------------------------|
| X          | Especificação   | Marca<br>(se exigida no edital) | Modelo<br>(se exigido no edital) | Uni. | Quantidade<br>Máxima | Quantida<br>de<br>Mínima | Valor<br>Un | Prazo<br>garantia ou<br>validade |
|            |   |                                 |                                  |      |                      |                          |             |                                  |